

DIÁRIO DE CLASSE

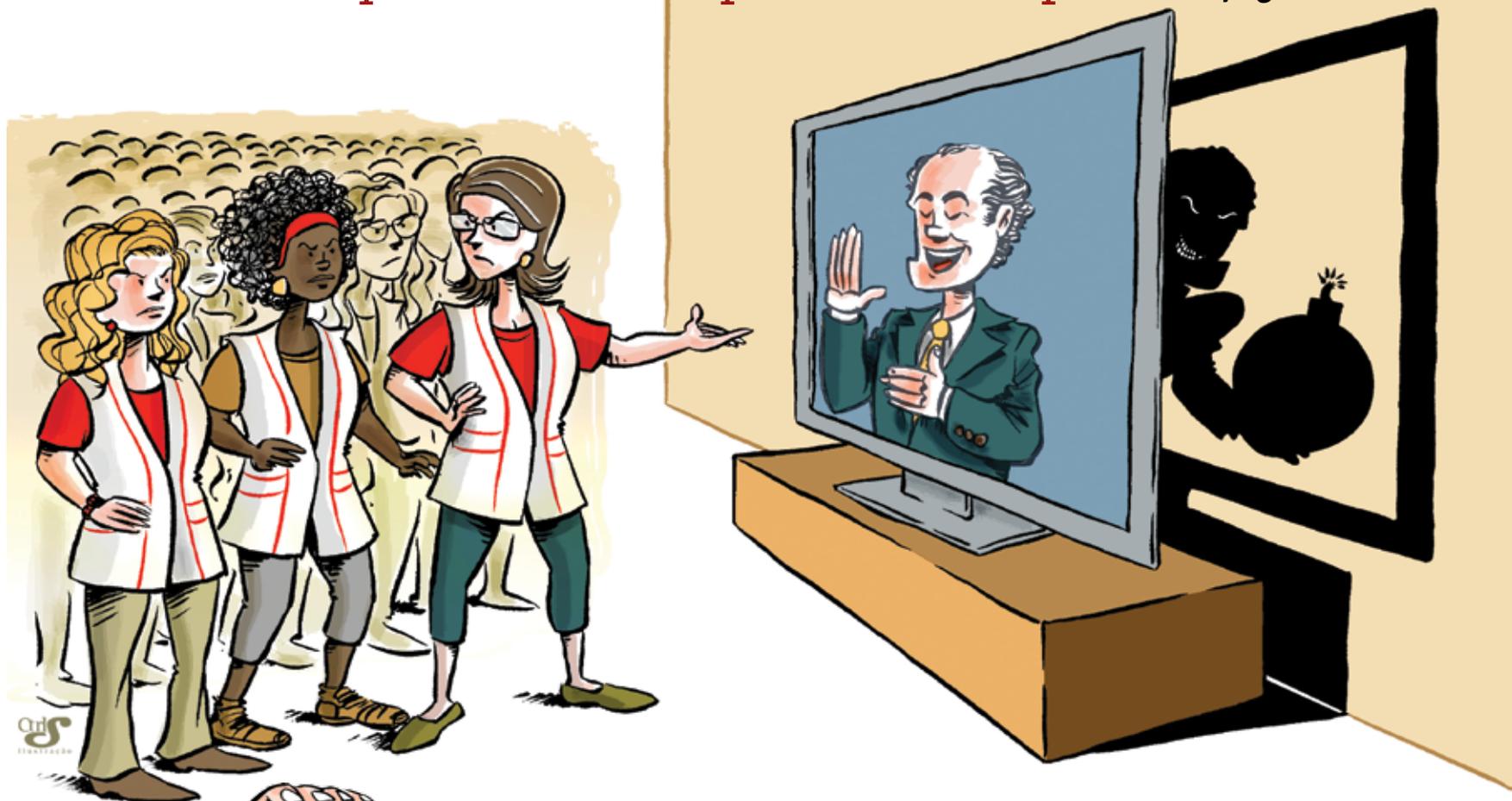


Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

214 | março 2015 | Gestão "Novos Rumos" | CNE

Ataques da Prefeitura serão derrotados com **MOBILIZAÇÃO e LUTA**

Magistério vai denunciar para a comunidade que promessa de valorização da educação se transformou em ataques e descumprimento de prazos **pág. 4 e 5**



19 de março é dia de assembleia!

O tempo acabou! Em assembleia, vamos organizar a continuidade da nossa luta e cobrar que o prefeito pague o que nos deve já!

DATA: 19 de março (quinta-feira)

LOCAL: Clube Dom Pedro II

ENDEREÇO: Rua Brigadeiro Franco, 3662

1ª chamada: 18h30 | **2ª chamada:** 19h



EDITORIAL

SISMMAC



Magistério enfrentará ataques da Prefeitura com mobilização

Professoras e professores da rede traçarão próximos passos na assembleia do dia 19

O ritmo da Campanha de Lutas do magistério se intensificou entre o mês de fevereiro e início de março. A Prefeitura tem tentado retirar direitos e atrasar a implantação do novo Plano de Carreira do magistério a todo custo.

Para economizar e cumprir com os compromissos que firmou com empresários e bancos, a administração municipal tem atacado direitos duramente conquistados pelo conjunto dos trabalhadores do município.

Em outros momentos já mostramos que a nossa resposta é a luta e nossa capacidade de organização e união. Dessa vez, não será diferente. A matéria de destaque desta edição do Jornal Diário de Classe traz informações sobre os temas que têm gerado dúvida na categoria: as leis e os decretos do novo Plano de Carreira e dos crescimentos horizontal e vertical. **Confira a notícia e ajude a esclarecer as demais professoras e professores da rede sobre o assunto, pois quem sabe mais luta melhor!**

Nesta edição do Jornal Diário de Classe, as professoras e professores da rede também poderão conferir a quantas anda a nossa luta em relação ao Instituto Curitiba de Saúde (ICS) e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). Logo no início do ano, a pressão dos quatro sindicatos conseguiu barrar ataques da administração municipal aos trabalhadores.

A falta de inspetores e de abertura de RITs para bibliotecas e Faróis do Saber, que precariza as condições de trabalho das professoras e professores da rede, também são denunciadas nas próximas páginas.

Não podíamos deixar de abordar a luta dos servidores estaduais que se estende por quase um mês. A luta da classe trabalhadora extrapola a fronteira das categorias. Precisamos demonstrar nossa solidariedade e colocar a mão na massa na busca por melhores condições de trabalho para o conjunto da nossa classe.

Nesta edição, o SISMMAC também saúda a luta das mulheres trabalhadoras. Na rede municipal, as mulheres são mais de 90% da categoria e em tempos de 8 de março é importante retomar a necessidade de lutarmos contra o machismo e a opressão no nosso cotidiano. Não apenas nessa data e, sim, de forma constante.

O cenário que atravessamos nesse momento não é fácil, por isso, a presença de todo o magistério na próxima assembleia da categoria, que acontece no dia 19 de março, é de fundamental importância. Venha construir os próximos passos da nossa luta e engrossar as fileiras da mobilização! Participe!

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dezembro/2014

SALDO DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

Saldo Bancário	19.324,08
Caixa Interno	664,77
Saldo Poupança	251.844,42
Fundo de Greve	310.439,50
Aplicação para compra de sede	318.000,00
TOTAL	900.272,77

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS DE DEZEMBRO DE 2014

Mensalidades Associados	180.245,58
Fundo Processual	479,03
TOTAL RECEITA	180.724,61

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE DEZEMBRO DE 2014

Informática	
Hospedagem/site	923,90
Internet/Onda	19,82
Manutenção	150,23
Aquisições	
Livros/Revistas	257,90
Móveis e utensílios	99,80
Assessorias e Serviços	
Dieese	680,77
Honorários Advocáticos	14.000,00
Contabilidade	1.885,34
Fotocópias e autenticações	378,98
Locação copiadora	663,00
Motoboy/serviços de entrega	108,75
Empresa de segurança	179,58
Assinaturas	52,91
Auxílios	
Diretoria/alimentação	900,00
Diretoria/Transporte	684,00
Transporte/serviços internos	45,60
Transporte/assessoria	4.417,15
Correios	
3.302,95	
Energia Elétrica/COPEL	
434,21	
Encargos	
32.485,11	
Contribuição estatutária/CNTE	
6.849,00	
Sanepar	
149,52	
Eventos	
Seminários/palestras	2.065,95
Reuniões específicas	1.084,79
Paralisações/ato	377,40
Eventos CNTE	786,41
Eventos internos	1.464,65
Conselho de representantes	733,70
Cursos externos	6.192,56
Campanha de Lutas 2014	3.731,77
Trabalhadores	
Salários e aux. transporte	22.464,29
13.256,34	

Assistência médica	4.750,45
13° salário	10.649,30
Reversão salarial	131,11
Cursos específicos	1.230,90
Plano odontológico	360,41
Seguro de vida	167,20
Cesta de Natal	659,45

Jurídico	
Gastos processuais	558,70
Sede	
Material de consumo/limpeza	330,24
Material de escritório	413,77
Manutenção e reparos	220,00
Aluguel/PTU	8.218,55
Seguro incêndio	258,68

Comunicação	
Jornal/cartazes/folders	4.003,00
Revista Chão da Escola	8.833,33
Impressos	415,80
Diagramação/arte final	850,00
Publicação de editais	400,00

Telefone	
GVT	389,24
TIM	1.917,66

Transporte	
Transporte ativ. sindicais	387,20

Veículos	
Combustível	300,01
Desgaste /combustível	676,55
Estacionamento	271,50
Estar	16,50
Manutenção	60,00
Seguro Gol	391,76
Tarifas Bancárias	105,90

Apoio a outros movimentos*	
Sindicato dos Sapateiros de Franca	2.000,00
Plenária Intersindical	3.000,00
Coletivo Outros Outubros Virão	1.000,00
Sintraserv	1.000,00
ACAD - Associação de Capoeira	1.700,00
Flasko	1.200,00
Grupo Dissidente da Via Campesina	1.000,00
TOTAL DESPESAS	178.693,59

SALDO ATUAL:	
CAIXA INTERNO	1.843,94
SALDO BANCÁRIO	1.034,93
SALDO POUPANÇA	240.281,60
FUNDO DE GREVE	329.894,28
APLICAÇÃO PARA COMPRA DA SEDE	332.500,00
SALDO TOTAL:	905.554,75

* O apoio a outros movimentos faz parte da política aprovada no último Congresso do SISMMAC. A contribuição mensal de 6,2%, que antes era destinada à CUT, passou a ser utilizada como apoio financeiro para movimentos que atuam de acordo com os princípios da organização por local de trabalho, formação política, autonomia em relação a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

Tabela de Vencimentos do Magistério Abril/2014 (com 5,38% de reajuste)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parte Especial	100	1.064,90	1.094,72	1.125,37	1.156,88	1.189,27	1.222,57	1.256,81	1.292,00	1.328,17
	101	1.365,36	1.403,59	1.442,89	1.483,29	1.524,83	1.567,52	1.611,41	1.656,53	1.702,91
	102	1.750,60	1.799,61	1.850,00	1.901,80	1.955,05	2.009,79	2.066,07	2.123,92	2.183,39
Parte Permanente - Graduação	103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104	0,00	1.614,12	1.659,31	1.705,77	1.753,54	1.802,63	1.853,11	1.905,00	1.958,34
	105	2.013,17	2.069,54	2.127,48	2.187,05	2.248,29	2.311,24	2.375,96	2.442,49	2.510,87
	106	2.581,18	2.653,45	2.727,75	2.804,13	2.882,64	2.963,36	3.046,33	3.131,63	3.219,31
	107-PI	3.309,45	3.402,12	3.497,38	3.595,30	3.695,97	3.799,46	3.905,84	4.015,21	4.127,63
	108-PI	4.243,21	4.362,02	4.484,15	4.609,71	4.738,78	4.871,47	5.007,87	5.148,09	5.292,24
Parte Permanente - Especialização	107	1.408,32	1.447,75	1.488,29	1.529,96	1.572,80	1.616,84	1.662,11	1.708,65	1.756,49
	108	1.805,67	1.856,23	1.908,20	1.961,63	2.016,56	2.073,02	2.131,07	2.190,74	2.252,08
	109	2.315,14	2.379,96	2.446,60	2.515,11	2.585,53	2.657,92	2.732,34	2.808,85	2.887,50
	110	2.968,35	3.051,46	3.136,90	3.224,74	3.315,03	3.407,85	3.503,27	3.601,36	3.702,20
	111-PII	3.805,86	3.912,42	4.021,97	4.134,59	4.250,36	4.369,37	4.491,71	4.617,48	4.746,77
	112-PII	4.879,68	5.016,31	5.156,76	5.301,15	5.449,58	5.602,17	5.759,03	5.920,29	6.086,05
Parte Permanente - Mestrado	111	1.619,56	1.664,91	1.711,53	1.759,45	1.808,72	1.859,36	1.911,42	1.964,94	2.019,96
	112	2.076,52	2.134,66	2.194,43	2.255,88	2.319,04	2.383,97	2.450,73	2.519,35	2.589,89
	113	2.662,40	2.736,95	2.813,59	2.892,37	2.973,35	3.056,61	3.142,19	3.230,17	3.320,62
	114	3.413,60	3.509,18	3.607,43	3.708,44	3.812,28	3.919,02	4.028,75	4.141,56	4.257,52
	115-PIII	4.376,73	4.499,28	4.625,26	4.754,77	4.887,90	5.024,76	5.165,46	5.310,09	5.458,77
116-PIII	5.611,62	5.768,74	5.930,27	6.096,32	6.267,01	6.442,49	6.622,88	6.808,32	6.998,95	
Parte Permanente - Doutorado	500	1.862,49	1.914,64	1.968,25	2.023,36	2.080,02	2.138,26	2.198,13	2.259,68	2.322,95
	501	2.387,99	2.454,85	2.523,59	2.594,25	2.666,89	2.741,56	2.818,33	2.897,24	2.978,36
	502	3.061,76	3.147,49	3.235,62	3.326,21	3.419,35	3.515,09	3.613,51	3.714,69	3.818,70
	503	3.925,62	4.035,54	4.148,54	4.264,70	4.384,11	4.506,86	4.633,05	4.762,78	4.896,14
	504	5.033,23	5.174,16	5.319,04	5.467,97	5.621,07	5.778,46	5.940,26	6.106,59	6.277,57
	505	6.453,34	6.634,04	6.819,79	7.010,74	7.207,05	7.408,84	7.616,29	7.829,55	8.048,77

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças - Curitiba/PR, CEP. 80.220-070 Fone/Fax: (41) 3225-6729 | Gestão "Novos Rumos" (2014-2017) www.sismmac.org.br | Direção liberada: Adriano Vieira, Andressa Fochesatto, Gabriel Conte, Raquel Soares, Siomara Kulicheski, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton, Wagner Batista.

Direção que permanece nas escolas: Carine Costa, Danielle Kristine Menezes Faria, Dulce Chaves, Francielli Costa, Gabriela Dallago, Geny Maria Dallago, João Antonio Rufato, Julia Bueno, Luana Crestani, Luiz Jose Vernizi, Karla Ferri, Marco Antonio Barbosa Mafra, Mariana Navarro, Pedro de Alcântara, Rafael Alencar Furtado, Rosana Almeida, Rosane Lisian Vasconcellos, Samara da Rosa Costa, Suyan Ayala, Vanessa Schivinski Mamoré.

Equipe de Comunicação: Thaise Mendonça (DRT 8696/PR) e Dalane Santos (DRT 10051/PR)

Projeto gráfico, ilustração e diagramação: Ctrl S Comunicação | Simon Taylor (www.ctrlscomunicacao.com.br)



SISMMAC

● Reunião do dia 23 de fevereiro arrancou o compromisso de suspender a votação das propostas e encaminhar a discussão para uma comissão paritária

Mobilização continua para barrar ataques à Saúde e à Previdência dos servidores

Prefeitura quer transferir para os trabalhadores do município o ônus da dívida gerada com gastos que favoreceram grandes empresários

Inspirado nas medidas do “pacote” adotado pelo governo estadual, a Prefeitura de Curitiba apresentou no mês de fevereiro alterações na Lei 9626/1999, que cria o Instituto Curitiba de Saúde (ICS) e regulamenta o Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (IPMC). A princípio, essas propostas que retiram direitos seriam aprovadas às pressas nos conselhos de administração dos dois institutos e enviadas para votação na Câmara de Vereadores, sem sequer garantir um amplo processo de consulta aos maiores interessados: os servidores. Nesse caso, os maiores prejudicados!

A pressão unificada do SISMMAC junto com os sindicatos que representam os demais servidores do município - Afisc, Sigmuc e Sismuc - conseguiu impor um primeiro recuo aos ataques contra a Previdência e a Saúde. Exigimos o cumprimento do compromisso, transformado em decreto em 2013, que garante que qualquer proposta de alteração na Lei 9626/1999 deve ser submetida à avaliação de uma comissão composta, em igual número, por representantes da Prefeitura e dos sindicatos.

Por hora, a votação ficará suspensa nos conselhos e as propostas de alteração terão que passar pela comissão paritária antes de serem enviadas à Câmara Municipal. Conseguimos retardar a pressa da administração municipal, que tinha interesse em aprovar os ataques ainda neste semestre. Porém, essa é ainda uma conquista parcial. Além de manter pressão nas reuniões dos conselhos do IPMC e do ICS, a luta continua para garantir que o prefeito Gustavo Fruet respeite o acordo firmado com os sindicatos em 2013 e atualize o decreto que nomeia a comissão paritária para que as mudanças na lei sejam elaboradas sem qualquer retirada de direitos.

Essa foi uma vitória importante, mas ainda é momentânea. Já sabemos que para defender nossa saúde e o nosso direito a uma aposentadoria digna precisaremos unir forças contra os ataques que virão! Nenhum direito a menos, avançar rumo a novas conquistas!



PREVIDÊNCIA: Prefeito quer pagar dívidas com dinheiro da aposentadoria dos servidores

► As alterações propostas para o IPMC colocam em risco as futuras aposentadorias e até mesmo as conquistas e reajustes salariais obtidos pelas categorias do funcionalismo municipal nos próximos anos. O principal ataque diz respeito à redução em cerca de R\$ 10 milhões do repasse mensal feito pela Prefeitura ao Instituto. O aporte passaria de R\$ 17 milhões para seis ou sete milhões.

Além de economizar milhões com a redução do repasse, a minuta apresentada também propõe que o IPMC dê o veredito final sobre os planos de carreira, reajustes salariais e outros benefícios que impactem no salário. Se essa alteração for aprovada, os avanços conquistados pelos servidores através de organização e luta serão restringidos pelo IPMC, alegando limites técnicos ou financeiros.



SAÚDE: Ameaça de aumento da alíquota e de retirada de benefícios

► Uma das propostas de nova minuta menciona “fatores moderadores” no plural. Essa alteração abre margem para criação de novas cobranças. Hoje existe somente um fator moderador: a cobrança de 30% do valor das consultas ou procedimentos realizados em clínicas conveniadas ao ICS.

A minuta remete questões fundamentais como, por exemplo, a definição de beneficiários e dependentes, para o Regulamento, Contrato de Gestão e Estatuto do ICS, não definindo quem elabora e aprova esses documentos.

Determinações importantes, como o pagamento de prestadores de serviços, ficariam como atribuição exclusiva do diretor presidente, que é indicado pelo prefeito.

Prevê cobrança em caso de falta na consulta, determinando um prazo mínimo para cancelamento.

Amplia o prazo de carência: 24 meses para procedimentos cirúrgicos ou exames mais complexos, em caso de doenças preexistentes.

Prevê a criação de uma auditoria médica para aprovar a solicitação de exames e outros procedimentos que já são solicitados pelo médico.

Diferente da atual Lei 9626/99, que prevê repasses do município sempre que os aportes forem insuficientes, a minuta proposta não menciona repasses do município para o Instituto. Porém, prevê várias possibilidades de cobrança para os servidores: mensalidade, fatores moderadores, compartilhamento.

Estabelece aumentos anuais conforme as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sem considerar os reajustes salariais dos servidores. Em 2014, os planos de saúde subiram 9,65%.

PLANO DE CARREIRA

Magistério enfrentará calote com LUTA

Administração municipal tenta economizar as custas dos trabalhadores, nossa resposta é a mobilização

Em março, começa o processo de implantação do novo Plano de Carreira, após dois anos de negociação e muita luta. Esse processo só será finalizado em dezembro de 2016 e, até lá, ainda estará vigente o plano atual (lei 10.190/2001). Com isso, teremos os procedimentos de crescimento horizontal e vertical referentes ao ano de 2014 e mais um crescimento vertical referente a 2015. Somente no final de 2016 é que começarão a valer as regras de crescimento do novo plano para todos que optarem pela adesão.



Confira abaixo os prazos garantidos em lei

- Até 1º de fevereiro de 2015** ▶ Concessão de uma referência para cada profissional do magistério. Pagamento de mais referências para quem tem distorções; (ATRASADA)
- Até 1º de outubro de 2015** ▶ Concessão de 50% do total de referências adicionais a que o profissional do magistério tem direito;
- Até 1º de julho de 2016** ▶ Concessão do restante de referências devidas;
- Até 1º de dezembro de 2016** ▶ Transição para a nova tabela.

Nossa resposta ao atraso da Prefeitura

- 11 de março** ▶ Conselho de Representantes do SISMMAC
- 16 e 17 de março** ▶ Panfletagem com a comunidade para rebater os anúncios da Prefeitura a respeito dos crescimentos e da implantação do novo Plano de Carreira
- 19 de março** ▶ Nova assembleia para avaliar as próximas ações da Campanha de Lutas

▶ A negativa às nossas reivindicações veio via ofício no dia 5 de março. No documento, a PMC alega que, para efetuar o pagamento do primeiro movimento, é necessário aguardar o final do processo de enquadramento, previsto para setembro.

Entretanto, essa justificativa não se sustenta, pois o processo de adesão ou não ao novo Plano se encerrará em 15 de maio. A folha de pagamento fecha no dia 25 de cada mês, ou seja, seria possível pagar uma referência para todos os profissionais do magistério no contracheque de junho.

Sobre o pagamento das distorções, o documento afirma que a antecipação é possível, porém, encerra dizendo que não haverá qualquer alteração para reduzir o prazo, previsto para setembro. Isso mostra a intransigência dessa administração ao lidar com os direitos da nossa categoria.

Tendo em vista esse cenário nada animador, é importante que o magistério esteja atento e acompanhando o processo de enquadramento, tirando suas dúvidas e se somando à luta pelos direitos duramente conquistados nesses dois anos de construção do novo Plano de Carreira.

Convocamos todas as professoras e professores da rede a participar da assembleia do dia 19 de março, quando debateremos os próximos passos da luta pela implantação do novo Plano e as negociações da Campanha de Lutas.

Lei e decreto dos crescimentos vertical e horizontal

As progressões, que deveriam ter acontecido no final do ano passado, estão acontecendo apenas agora, no mês de março.

Em dezembro de 2014, o prefeito Gustavo Fruet sancionou a lei 14.583/2014, que altera para fevereiro a data para a realização dos crescimentos vertical e horizontal. Confira no box ao lado quais são os ataques contidos na lei e no decreto **181**.

Com essas duas medidas, a administração ganha tempo e economiza as custas dos trabalhadores. Para o magistério, o pagamento dos avanços começará apenas em abril. Já para os demais servidores do município, a situação é ainda pior, pois o pagamento só acontecerá em maio.

Ainda assim, a administração dissimula ao insistir em seus meios de comunicação que os professores não terão prejuízos financeiros e justifica que os valores serão pagos de maneira retroativa.

Com esta alteração na lei, Gustavo Fruet inaugurou uma forma diferente de aplicar o calote ao conjunto dos profissionais do magistério. Ao invés de simplesmente desrespeitar as leis que garantem direitos dos trabalhadores, agora, o prefeito as modifica quando bem quer e segundo o interesse de uma classe que não tem seus filhos matriculados na escola pública.

Para enfrentar esse e outros ataques, precisaremos, mais do que nunca, estar mobilizados em nossos locais de trabalho!

Crescimentos vertical e horizontal e o Decreto 181/2015

▶ A Prefeitura atrasou os procedimentos de crescimento horizontal e vertical, que deveriam ter acontecido em 2014. A justificativa apresentada ao magistério foi o envio de um projeto de lei para a Câmara Municipal sem discussão prévia com a categoria.

Esse projeto de lei, sancionado em dezembro de 2014, determinou que os efeitos financeiros dos crescimentos entrassem nos contracheques dos servidores a partir de fevereiro de 2015. Assim, a Prefeitura nos impôs a perda de um mês de crescimentos, que antes ocorriam em janeiro.

A nova lei ainda exigiu a publicação de decreto regulamentador antes dos editais que inauguram os procedimentos.

O decreto nº 181 foi publicado apenas no dia 25 de fevereiro de 2015, prevendo o edital ainda para este mês, e o início do pagamento a partir do mês de abril.

Além de não possibilitar a implantação

dos crescimentos no mês de fevereiro, mas apenas em abril, a Prefeitura ainda dispôs, através do decreto 181, que o valor retroativo de fevereiro e março será pago somente no mês de julho.

Dessa forma, a administração desrespeita os prazos que ela mesma aprovou em lei. Por isso, o Sindicato providenciará uma medida judicial para obrigá-la a cumprir o prazo da lei, pagando o retroativo no mesmo mês da implantação dos crescimentos.

Além de não possibilitar a implantação dos crescimentos no mês de fevereiro, mas apenas em abril, a Prefeitura ainda dispôs, através do decreto 181, que o valor retroativo de fevereiro e março será pago somente no mês de julho.

Embora a lei anterior condicione o número de vagas à limitação orçamentária, os profissionais do magistério não encontravam problemas nos crescimentos verticais dos anos anteriores.

Lei e decreto do novo Plano de Carreira

Não é só nos crescimentos horizontal e vertical que a Prefeitura descumpra prazos e empurra com a barriga. A lei do novo **Plano de Carreira** foi aprovada e sancionada no final do segundo semestre de 2014 e ainda não saiu do papel.

O decreto que regulamentará o processo de enquadramento deveria ser publicado 90 dias após a sanção da lei. Entretanto, no prazo limite, a direção do SISMMAC teve acesso apenas a uma proposta de decreto, cheia de problemas.

A formulação e negociação desse documento poderia ter acontecido com qualidade entre a sanção da lei e data de publicação do decreto. Mas, a PMC escolheu deixar para a última hora, impossibilitando um debate mais profundo com a categoria e atrasando ainda mais os prazos de implantação.

O primeiro movimento, que deveria acontecer em fevereiro de 2015, está previsto para julho deste ano. E o retroativo está previsto só para setembro. As demais datas do enquadramento também foram adiadas.

Em assembleia realizada no dia 26 de fevereiro, as professoras e professores rejeitaram os ataques impostos pela Prefeitura ao direito dos servidores, que exigem que administração cumpra os prazos estabelecidos em lei.

Decreto 1385/2014

▶ Em dezembro de 2014, a Prefeitura suspendeu até 1º de março de 2015 reajustes salariais e incorporações já garantidos em lei para diversas categorias de servidores municipais.

Mesmo que preveja o pagamento retroativo do período que as incorporações e reajustes ficaram suspensas, este decreto fere a legalidade ao alterar uma previsão legal, retirando, ainda que temporariamente, os direitos já garantidos em lei.

Indiretamente, este decreto também influencia o magistério. Mesmo sem acordo com a categoria, a Prefeitura fatiou a implantação do Plano de Carreira e vem descumprindo com a lei.

Mais uma vez, a administração mostra que, quando interessa, passa por cima de suas próprias leis, contra os direitos dos trabalhadores.

Entenda o que é um decreto

- ▶ Uma lei nem sempre tem condições de ser executada por si só se for genérica e não previr os mecanismos de sua aplicação. Assim, é preciso que o prefeito, através de outros atos normativos, regulamente como se aplicará o que foi previsto em lei. O decreto é um desses instrumentos normativos e, por isso, não pode alterar ou contrariar a lei, nem pode criar novos direitos ou obrigações. Sua função é apenas a de complementar a lei. Assim, caso o decreto extrapole esse poder regulamentar, pode ser questionado judicialmente e declarado nulo.

REALIDADE DA ESCOLA

Falta de inspetores prejudica o início das aulas em várias escolas



Prefeitura ainda não apresentou qualquer alternativa para solucionar o problema que afeta a qualidade da educação

O ano letivo teve início em várias escolas com uma desagradável surpresa: a falta de inspetores. A situação é extremamente grave, principalmente nas escolas que ofertam educação integral. O SISMMAC recebeu várias denúncias de que as direções e profissionais da coordenação pedagógica e do administrativo estão ficando sem almoço e sem recreio para cobrir o buraco deixado pela falta desses profissionais. Esse problema também gera sobrecarga para os poucos inspetores lotados nessas unidades, que acabam trabalhando dobrado.

Assim que as denúncias começaram a chegar ao Sindicato, enviamos um ofício solicitando a realização de uma reunião com as secretarias de Educação e de Recursos Humanos para cobrar providências imediatas. O SISMMAC também exigiu a abertura imediata de concurso público.

Na reunião realizada no dia 25 de fevereiro, a Prefeitura não apresentou qualquer proposta

para solucionar o caos instalado nas escolas. A secretária de Recursos Humanos, Meroujy Cavet, alegou que ainda estão trabalhando com dados do fluxo do ano passado e só poderão nos apresentar dados atualizados no final do mês de março. Também informaram que a abertura do concurso público só acontecerá após esse levantamento atualizado.

Essas desculpas esfarrapadas deixam claro que, se depender da Prefeitura, as escolas ficarão no sufoco durante todo o primeiro semestre! Vamos cobrar que a administração cumpra o seu dever e garanta o número de trabalhadores necessário para atender a demanda das unidades!

Para aumentar o clima de pressão sobre a Prefeitura, o SISMMAC está orientando que as escolas que sofrem com a falta desses profissionais avisem os pais e ajudem a mobilizar a comunidade para cobrar da Secretaria de Educação e dos Núcleos de Educação uma solução para o problema!

CONFERÊNCIA

Plano Municipal de Educação de Curitiba: realidade ou ilusão?

Documento que definirá metas para as políticas de educação dos próximos 10 anos será feito de forma aligeirada até junho de 2015

Depois de negligenciar o debate por mais de seis anos, Curitiba vai elaborar seu Plano Municipal de Educação (PME) a toque de caixa até junho de 2015. Um novo cronograma que reduz o tempo de debate e discussão foi apresentado no início de março, nas primeiras reuniões do ano do Fórum Municipal de Educação de Curitiba e do Conselho Municipal de Educação.

Os representantes do SISMMAC foram contrários à antecipação do calendário e registraram em ata o repúdio às imposições feitas pelo Ministério da Educação.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação em junho de 2014, todos os municípios brasileiros foram orientados a organizar e desenvolver seus planos municipais. Esse plano deveria ser a base que norteará o estabelecimento de metas e ações para o desenvolvimento da educação nas cidades, mas está prestes a se tornar mais um entre tantos documentos aos quais as escolas e universidades são submetidas.

O cronograma inicial previa mais tempo para o debate, com a realização da Conferência Municipal e publicação do Plano até o final deste ano. Agora, todas as etapas (audiências públicas, conferências e a finalização do texto base) serão aceleradas para que o texto final seja aprovado até junho de 2015. A antecipação do prazo se deve ao anúncio de que a verba do Programa de Ações Articuladas (PAR) será destinada somente aos municípios que tiverem seu PME concluído. Mais uma vez os governos federais, estaduais e municipais utilizam o financiamento da educação como um mecanismo de controle!

A direção do SISMMAC acompanhará a construção do PME nos fóruns e conselhos para garantir que as posições do magistério sejam defendidas e registradas. Entretanto, já está claro que o Plano Municipal de Educação só sairá do papel se houver mobilização da comunidade e da categoria! Os inúmeros casos de desrespeito à legislação nos mostram que é só com pressão que faremos aqueles que estão à frente da administração pública avançarem na garantia de políticas que promovam a melhoria da educação pública!



PAR | O Plano de Ações Articuladas é um conjunto de ações que recebem apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação, visando garantir o cumprimento das metas do *Compromisso Todos pela Educação*. Esse Plano é base para a assinatura de um termo de convênio ou cooperação entre o MEC e o ente apoiado.

PRECARIZAÇÃO DO ENSINO

Prefeitura impõe funcionamento de bibliotecas sem a presença de um professor responsável

Comunicado enviado às unidades passa a responsabilidade de abrir as bibliotecas para as direções de escola

No início deste ano letivo, muitas bibliotecas e Faróis do Saber ficaram fechados porque a Prefeitura se negou a abrir vaga RIT para agentes de leitura. Após as primeiras semanas de aula, a administração encaminhou a abertura de alguns Faróis do Saber, entretanto, as direções das escolas receberam um comunicado por email, no qual a PMC impõe que as bibliotecas estejam abertas, mesmo sem a presença de um professor responsável.

No documento, a Prefeitura repassa a responsabilidade de abrir as bibliotecas e garantir a preservação do acervo às direções das

escolas, impondo uma sobrecarga de trabalho a esses professores. Em muitas unidades escolares, a biblioteca é o único espaço da escola para além das salas de aula para realizar atividades com os alunos.

Ao mesmo tempo em que faz propaganda da reforma dos faróis, da construção de novos CMEIs e do novo Plano de Carreira do magistério, a Prefeitura economiza ao não contratar professores para fazer RIT e precariza as condições de ensino nas escolas, diminuindo as oportunidades de aprendizado das nossas crianças.

As propostas de encaminhamento que constam no comunicado en-



viado pela Prefeitura não condizem com a realidade da escola, devido à falta de profissionais do magistério nas unidades. As professoras e professores da rede exigem abertura imediata de RITs para que o problema seja resolvido de forma imediata e reivindica a realização de novo concurso público para docência I ainda no primeiro semestre de 2015.

Não admitiremos nenhum direito a menos! Rumo a novas conquistas!

LUTA NA REDE ESTADUAL

Greve dos servidores estaduais chega ao fim

Após 29 dias de paralisação, assembleia suspende greve, mas mantém alerta

Fernando Rocha



Os trabalhadores da educação estadual lutaram bravamente contra a retirada de direitos e o pacote imposto pelo governo Beto Richa. Foram 29 dias de greve, nos quais as educadoras e educadores da rede estadual e demais categorias em luta, além de trabalhadores de diversos ramos e estudantes que se solidarizaram ao movimento, enfrentaram os ataques do governo e a violência do braço armado do Estado, a polícia, com muita bravura.

Foi a radicalidade do movimento dos trabalhadores da educação estadual, ao ocupar a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) por duas vezes, que garantiu que o pacote de austeridade proposto pelo governo Beto Richa não fosse votado no dia 12 de fevereiro.

A greve garantiu avanços importantes para a categoria, como o recuo do governo na fusão dos fundos de previdência, o fim do regime de Comissão Geral, o famoso tratoço, na Assembleia Legislativa e o depósito da cota ex-

tra do Fundo Rotativo das escolas.

Ao pedir a mediação da Justiça, a condução da maioria da direção da APP Sindicato acabou levando a luta política dos trabalhadores da educação para outro âmbito. Nessa esfera, pudemos ver, ao determinar que os grevistas retornassem para as escolas, que a Justiça tem lado e não é o lado dos trabalhadores.

A mediação da Justiça permite que a questão da previdência seja rediscutida e encaminhada novamente para votação na Assembleia.

O magistério municipal apoiou de forma política e financeira o movimento grevista dos trabalhadores da rede estadual. Nossa solidariedade foi debatida e aprovada em assembleia da categoria e estamos inscritos para contribuir com o próximo período de enfrentamento, no estado de greve, enquanto classe trabalhadora. Estamos firmes na luta por melhores condições de trabalho e por uma educação de qualidade para as filhas e filhos dos trabalhadores!

8 DE MARÇO



Fotos: Arquivo SISMMAC

MULHERES

no magistério e na luta

8 de março também é um momento de reflexão sobre como a opressão de gênero afeta o nosso trabalho e as condições de participar ativamente da luta

O 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, completa 115 anos em 2015. A data nasceu com a proposta de dar visibilidade à luta pela igualdade de direitos, incluindo as reivindicações das mulheres na luta mais geral do conjunto da classe trabalhadora por melhores condições de tra-

balho e por uma sociedade livre da miséria e da exploração.

Além de relembrar a memória combativa da data, precisamos também debater como a opressão de gênero afeta diretamente nossa categoria. Com esse texto, a direção do SISMMAC propõe iniciar a discussão sobre como o machismo e a

opressão afetam o magistério e afetam as condições de participar ativamente da luta por direitos.

DO DIREITO DE APRENDER À OPORTUNIDADE DE ENSINAR

► As mulheres representam 85% do magistério em nível nacional, segundo dados do Instituto Nacional de Educação Profissional. Hoje elas são maioria, mas nem sempre foi assim. No Brasil, as mulheres não podiam sequer estudar até o século XIX. A educação era mínima e ainda se limitava à classe mais abastada.

No início do século XX, a profissão passou a ser exercida pelas mulheres porque a jornada de trabalho em meio período favorecia a realização do trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. Esse processo não se dá apenas pela pressão feminina para ter acesso ao trabalho. Ocorre, principalmente, pela lógica de associar o trabalho docente com características supostamente femininas, como a responsabilidade e o cuidado com os filhos.

DOCÊNCIA NÃO É VOCAÇÃO

► Ao longo da história, a docência passou a ser associada a uma suposta vocação feminina. O ato de ensinar é visto muito mais como um ato de amor do que como prática reflexiva.

O discurso de que a docência se trata de um dom ou vocação, principalmente nas primeiras séries do ensino fundamental e na educação infantil, é usado como justificativa para os baixos salários e poucos investimentos na área.

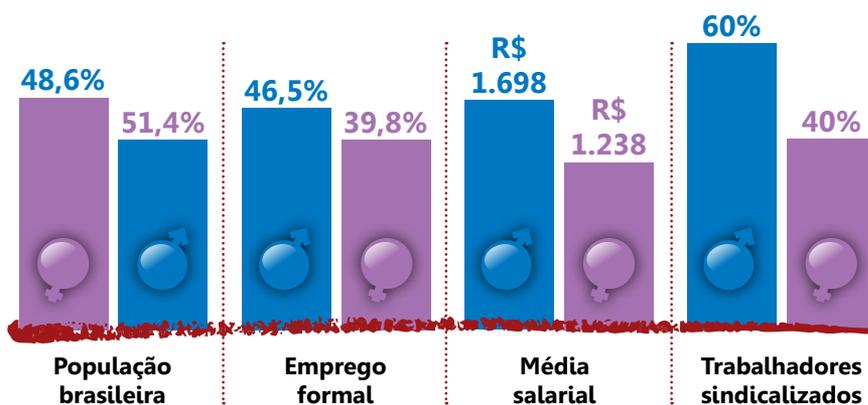
Essa concepção também reforça o pouco estímulo à formação continuada e científica. Segundo dados do IBGE, 30% dos professores da educação básica ainda não possuem ensino superior e somente 3% possuem mestrado. Entre as profissões de nível superior, a docência ainda é a menos valorizada, com um salário que é em média 60% menor do que as demais.

SOBRECARGA E DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

► Se no início do século passado o magistério podia ser um profissão de 'meio período', hoje os baixos salários forçam a categoria a assumir mais de um padrão. Mais de 60% das professoras e professores brasileiros trabalham de 30h à 40h por dia, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Além de permanecerem mais tempo em sala de aula, as mulheres ainda arcam com o trabalho doméstico e com o cuidado dos filhos, acumulando uma dupla jornada. **Trabalham mais horas do que os homens e recebem menos.**

O pagamento de salários mais baixos às mulheres e a visão de que o cuidado com a casa é responsabilidade exclusivamente feminina são usados no capitalismo para dividir a classe trabalhadora e aumentar ainda mais a exploração sobre homens e mulheres. Por isso, é preciso fazer com que a luta por direitos iguais seja encampada como parte de uma luta geral do conjunto dos trabalhadores.



Participação das mulheres na luta

Mesmo nas categorias essencialmente femininas, como no magistério e nas profissões do ramo têxtil e da saúde, os homens ainda ocupam, proporcionalmente, mais papéis de destaque na política sindical. Isso não quer dizer que as mulheres não protagonizem com firmeza e combatividade suas lutas. Significa, na verdade, que nessa sociedade os homens têm mais tempo e oportunidades de se colocar à frente dos debates.

No magistério municipal de Curitiba, 94% do quadro funcional é composto por mulheres e mais de 70% da categoria é sindicalizada. Mesmo assim, ainda precisamos enfrentar os obstáculos que dificultam a participação das mulheres em nossas atividades, como a sobrecarga do trabalho doméstico e da maternidade.

Essas tarefas ainda são entendidas pela sociedade machista em que vivemos como responsabilidade exclusiva das mulheres e por isso limitam a presença das professoras em muitos espaços organizativos da categoria. Para romper essa lógica, buscamos organizar espaços de recreação infantil nas assembleias e nas atividades de final de semana para garantir que as mães e pais possam participar ativamente da luta. Além disso, é preciso avançar na divisão igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres e questionar o machismo na sociedade atual.

Sem as mulheres, a luta fica pela metade!